

ALCA - ENTRE 'WALL STREET' E A CNBB

Análise de Custos e Benefícios Requer Realismo e Capacidade Analítica

MARCELO DE PAIVA ABREU

O debate público sobre integração hemisférica está sendo transformado em mera repetição de chavões, sem nenhuma preocupação de análise objetiva das opções que se abrem ao País. A análise de duas posições polares ilustra a pobreza da substância do debate sobre a negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). De um lado, opiniões que podem ser classificadas como do "mercado", de "Wall Street", senão de fato, pelo menos na imaginação popular. De outro, a posição, por exemplo, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A posição do "mercado", ou pelo menos de alguns de seus autoproclamados porta-vozes, foi reiterada na recente reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Fortaleza. Lamentou-se aí, mais uma vez, o que seria o erro do Brasil ao explicitar suas reservas quanto à adesão à projetada Alca.

Os críticos basearam-se em monótona repetição de argumentos de livro-texto quanto aos benefícios do livre comércio. Mas o assunto está longe da trivialidade com que é tratado por esses analistas. Proteção alta sobrevive em todos os países do mundo, inclusive no Brasil e nos EUA. Será que as virtudes do livre comércio, do ponto de vista do consumo e da produção, são desconhecidas na maior economia do mundo? E, no entanto, a despeito das perorações de "Wall Street", o protecionismo nos EUA não apenas sobrevive como progride, como mostram as recentes decisões quanto ao aço. A razão pela qual as tarifas altas sobrevivem é o poder dos lobbies beneficiados pela proteção. Os níveis de proteção nas diversas economias mundiais refletem simultaneamente dois tipos de equilíbrio: equilíbrio entre as diferentes economias do sistema e equilíbrios nas esferas nacionais entre os diversos interesses em jogo na economia política da proteção. Negociações comerciais são cruciais para romper as coalizões protecionistas nos diferentes mercados nacionais e viabilizar a redução das tarifas de importação em todos os países engajados na negociação.

A negociação da Alca depende de EUA e Brasil se acertarem quanto às formas de ser alcançada uma zona de livre comércio após um prazo de transição relativamente longo. Naturalmente, cada parte deseja acelerar a melhoria de acesso para os seus bens mais competitivos e retardar o melhor acesso de importações que concorram com os seus produtos "sensíveis". A grande dificuldade para o Brasil é evitar que os EUA utilizem integralmente seu poder de barganha para ditar a escolha dos produtos cuja liberalização lhes interessa acelerar ou protelar. Além disso, o Brasil preocupa-se com os efeitos que possam ter decisões unilaterais dos EUA, especialmente quanto a salvaguardas e antidumping, sobre o acesso de suas exportações ao mercado dos EUA mesmo depois que se decida instituir a Alca.

É nesse quadro que a economia política da proteção nos EUA assume papel crucial para viabilizar a Alca, pois a coalizão protecionista nas economias latino-americanas só poderá ser rompida se as ofertas norte-americanas forem substanciais e críveis. A cada decisão como a recente imposição de salvaguardas sobre as importações de aço, torna-se menos crível que o governo dos EUA esteja disposto a considerar seriamente a mobilização política para assegurar o lançamento da Alca. Ao contrário do que sugere o "mercado", o principal obstáculo ao lançamento da Alca não é a teimosia brasileira, mas a insistência dos EUA na estratégia de "algo por nada" na esfera comercial, reflexo da relutância, ou incapacidade, de o governo dos EUA contrapor-se a tradicionais interesses protecionistas domésticos.

Além disso, o Brasil não deve ser censurado por desejar fazer valer seu peso no hemisfério. Os EUA estão interessados na Alca preponderantemente por causa do Brasil, e Brasília sabe disso. A política brasileira quanto à integração aos EUA não deve, e não pode, ser semelhante à de uma economia pequena com indústria modesta, como o Chile. As expectativas de influenciar as ofertas dos EUA são diferentes, bem como os custos

do ajuste à liberalização. Existem muitas lições úteis a retirar dos sucessos da economia chilena, mas essas lições devem ser ajustadas a uma economia que ainda é cerca de dez vezes maior do que a economia chilena.

Contrários à adesão brasileira à Alca, colocam-se políticos e economistas do principal partido de oposição e, agora, a CNBB. Longe de arrepender-se do desastrado plebiscito sobre a dívida, realizado em 2000, do qual até hoje a oposição procura desvincular-se sem grande sucesso, a CNBB planeja agora um plebiscito sobre a Alca, com base na constatação de que a "Alca ameaça aumentar a submissão do Brasil... aos interesses da economia dos EUA." A julgar-se pelas declarações iniciais dos seus próceres sobre a repetição dos efeitos do Nafta sobre o México, em meio a juras de que "não é que a Igreja se oponha À Alca", o nível de capacitação da CNBB quanto ao assunto é semelhante ao demonstrado por ocasião do plebiscito da dívida.

É óbvio que a Alca pode significar expressiva redução dos graus de liberdade da política externa brasileira. Mas a maneira de fugir da estereotipada imagem do "quintal dos EUA" não é uma política de avestruz que desconsidere in limine os termos da integração que poderão ser propostos por Washington.

A possível adesão à Alca deverá ser realizada no quadro de uma política externa brasileira ativa que busque contrapesos fora do hemisfério.